

Dragagem da Baía pode estar irregular

Um estudo da Ufes questiona o local onde a Codesa está fazendo o despejo de material



Evaristo Borges

Limpeza

A Codesa afirma que os detritos da dragagem da Baía de Vitória realizada pela empresa terceirizada, Enterpa Engenharia, estão sendo despejados no local recomendado

divulgar o resultado do estudo porque ele está em fase de análise. A Associação de Moradores da Praia da Costa, através de seu informativo do mês de outubro, comunica que o laudo aponta que o local para o despejo de sedimentos da dragagem não é ideal e traz prejuízos para a praia. Os sedimentos estariam sendo lançados a 4,4 milhas náuticas, segundo a Associa-

ção. A distância mínima da linha de costa recomendável para o despejo dos detritos, de acordo com a Lei Federal 5.357/67, é de 6 milhas.

A dragagem chegou a ser embargada pelo Ibama, em abril, devido a denúncia feita por moradores. “Esse material causa impacto nas praias”, comentou o presidente da Organização Consciência Ambiental (Orca), Lupércio Barbosa. De

acordo com informações da assessoria de imprensa da Codesa, a Companhia ainda não tem conhecimento oficial do laudo e a empresa terceirizada para fazer o serviço, a Enterpa Engenharia, está despejando os detritos nos locais recomendados. A draga Volzee, da Enterpa Engenharia, realiza desde março a dragagem do canal portuário da Baía de Vitória.

A Procuradoria-Geral da República está analisando um laudo realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) que indica que os pontos do despejo do material dragado na Baía de Vitória pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), próximo à Ilha dos Pacotes, na Praia da Costa, em Vila Velha, podem ser impróprios. “Esse estudo questiona os locais onde estão ocorrendo os despejos. A Procuradoria solicitou o laudo e está analisando o assunto junto com a Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para definir as medidas que serão tomadas no sentido de evitar problemas ambientais”, afirmou a procuradora da República, Elisandra de Oliveira Olímpio.

O laudo, segundo ela, foi entregue à Procuradoria há cerca de um mês. “Não quero me adiantar quanto à posição desse processo”, ressaltou. A procuradora não quis